

ANEXO 05
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Lais Brenda de Albuquerque Costa, portador da carteira de identidade nº 20083425149, e CPF nº 07881675373, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Mestrado Acadêmico em Física da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço Rua Tenente Antônio João – Bom Retiro / Joinville – SC, nº 2220, sendo que o valor total do aluguel é de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): Izabelly Cardoso dos Santos.

Documento assinado digitalmente
 **IZABELLY CARDOSO DOS SANTOS**
Data: 06/04/2026 21:33:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura e telefone: (42) 99818 - 2026

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: 06/ 04/ 2026

Documento assinado digitalmente
 **LAIS BRENDA DE ALBUQUERQUE COSTA**
Data: 06/04/2026 21:46:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.